



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 46.151.718./0001 - 80

DEPARTAMENTO DE MATERIAIS

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Birigui, 04 de maio de 2018.

Ofício Especial

Assunto: Manifestação à Impugnação pela empresa STRONGFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI, ao edital do Pregão Presencial nº 034/2018.

Senhor Licitante:

Informamos que respaldado pelo parecer exarado pela Secretaria de Negócios Jurídicos e a manifestação da Secretaria requisitante, decidimos pelo deferimento parcial do pedido de Impugnação apresentado por esta conceituada empresa.

Alega a empresa impugnante STRONGFER que “ (...) Uma licitação não pode determinar a apresentação de certificado de conformidade de produtos com as normas técnicas da ABNT/NBR de determinados produtos licitados. (...) O órgão licitante possui o condão e a obrigação de ter em seu corpo técnico os profissionais capacitados à verificação dos produtos licitados, mesmo porque pode solicitar apresentação de amostras dos equipamentos, ainda, ao ser entregue pelo vencedor os equipamentos licitados, o responsável técnico do município licitante possui a obrigação de ofício e legal de vistoriar os equipamentos adquiridos, e caso, estes não atendam as determinações de fabricação contidas nas normas da ABNT, os produtos deve ser recusados. (...) O que não pode e nem é permitido na lei de licitações, é a apresentação da certificação referida, pois extrapola os limites permitidos pela lei ao órgão licitante, e isso gera ato de improbidade. (...) Como já demonstrado, as normas legais são seguidas de forma que não precisa de apresentação de nenhuma outra comprovação para participação no certame, assim requerer e cobrar a apresentação de comprovação de algo diverso do previsto em lei é procedimento totalmente improbo.

Pede a empresa impugnante STRONGFER que “ (...) seja totalmente deferida a presente impugnação a fim de acatar a mesma em todos os seus termos, suprimindo e cancelando as determinações constadas no edital e ora rebatidas, evitando-se lesão ao direito dos participantes.”



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 46.151.718./0001 - 80

DEPARTAMENTO DE MATERIAIS

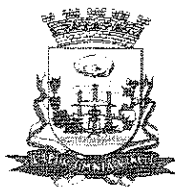
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Ao ser questionada, a Secretaria requisitante nos respondeu através do Ofício nº 083/2018, que entende que por se tratar de um playground com utilização elevada (altura), com múltiplos brinquedos e de grandes proporções (tamanho), julgou ser necessário se amparar na Norma Técnica, haja vista que fundamenta sobre “Requisitos de Segurança e Métodos de Ensaio do Fabricante” objetivando unicamente garantir a segurança dos seus usuários no uso do playground, que no caso, se tratam de crianças compreendendo idades de 04 a 06 anos, entendendo ainda, ser temerário ignorar normas que tratam da questão de segurança em equipamentos de tal natureza, confiando apenas na apresentação de catálogos, amostras os simples conferência dos equipamentos recebidos, sendo prudente por parte daquela Secretaria se respaldar em documentos técnicos, emitidos por estabelecimento analisadores credenciados, e sugerindo remeter o conteúdo da impugnação para análise e manifestação da Secretaria de Negócios Jurídicos.

A Secretaria de Negócios Jurídicos nos alegou no parecer 55/2018 (doc.j.) que, com a devida vênua à impugnante, para que a Prefeitura garanta a segurança de brinquedos nos parques infantis, deve-se aplicar as normas da ABNT. Que há um Projeto de Lei nº 159/2015 que “Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental”, e sendo que esse Projeto de Lei já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e o mesmo prevê a “aplicação obrigatória da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para garantir a segurança de brinquedos em parques infantis, e que se esta Prefeitura não adotar essas normas, a entrada em vigor desse projeto de lei arrisca o objeto a ser contratado com a sua obsolescência e eventual desperdício, e por outro lado, interromper a licitação para aguardar a sanção do projeto prejudicará os alunos da educação infantil, no tocante à observância da BASE COMUM CURRICULAR, que envolve o “brincar” na proposta pedagógica, e se as normas da ABNT não forem aplicadas, quando o Projeto de Lei supracitado for sancionado, a administração correrá o risco de ter que licitar novamente o mesmo objeto deste edital. Solicita então a alteração do item 1.3 do edital e da especificação do item nº 01 do Anexo I.

Portanto, defiro parcialmente o pedido de Impugnação ao edital do Pregão Presencial nº 034/2018 que objetiva a **aquisição de brinquedos para playground destinados a diversas CEI'S, EMEI's e EM's da Secretaria de Educação**, pela empresa Strongfer Indústria e Comércio de Produtos Eireli, a qual apresentou suas razões e foram parcialmente acolhidas.

Desta feita, a realização da sessão do Pregão Presencial nº 034/2018 fica transferida



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 46.151.718./0001 – 80

DEPARTAMENTO DE MATERIAIS

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

para o dia 22/05/2018 às 08:00 horas, com as devidas retificações como segue em anexo.

Certos de v/ especial atenção e de pronto atendimento, subscrevemo-nos. mui

Atenciosamente.

Renata Aparecida Natal Zago

Pregoeira Oficial